

CHÁS DA MEMÓRIA NO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: EXPERIÊNCIAS DE REMEMORAÇÃO DA HISTÓRIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA

ISABEL ESCOBAR CRESCENCIO*

A disciplina história tem sofrido mudanças profundas em seus diversos âmbitos de atuação, tanto no aspecto teórico como no prático, um exemplo destas transformações são o crescimento e o estabelecimento de práticas históricas realizadas por instituições governamentais, ou seja, a história pública. Adotar esta linha de pesquisa histórica significa que o historiador precisa compreender que esta se caracteriza como uma prática que não é aprendida apenas através da educação formal, mas que para realizá-la é necessário remediar uma série de exigências formais, habilidades, especializações e métodos que possibilitam, de maneira eficiente, a preservação, a interpretação e a difusão do conhecimento histórico.

O historiador de formação e atuação acadêmica ao adentra no espaço público profissional é perpassado por um estranhamento, pois sua formação, escrita e ações foram direcionados para outros espaços. No entanto, torna-se visível a necessidade da constituição de diálogos entre o saber acadêmico e o saber institucional, pois desse jeito pode-se construir novos espaços de conhecimento e aprendizagem. Mas para que esta relação seja realizada de maneira eficiente é necessário que não ocorra a supressão da ciência em detrimento da história pública, pois, em contrapartida, surge a necessidade de se refletir acerca da constituição de um ele comunicador entre sociedade e atividade acadêmica.

O historiador que realiza trabalhos em instituições públicas deve compreender que a história pública não exige apenas a divulgação e o ensinamento de determinado conhecimento, mas que pressupõe uma multiplicidade de disciplinas e uma variedade

* *Graduada em História pelo Centro Universitário de Brasília; Gerente de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.*

2

integrada de recursos institucionais em que os projetos estabelecidos possam ser executados. Conseqüentemente, tal fato acarreta a ampliação da ação do historiador e a exploração de novos meios de fazer história, logo o historiador estabelece relações com diversos públicos, influenciando futuras pesquisas e aprendizagens.

O impacto da diversidade de leituras e metodologias acerca da história pública incidem sobre a administração da ética da memória coletiva e do patrimônio cultural e material, por meio do estabelecimento de um conhecimento histórico não apenas preocupado em atingir ao público acadêmico, mas em aprender com este e, além disso, atingir o público geral, principalmente, o que não costuma freqüentar arquivos, museus ou instituições públicas de pesquisa.

Dessa maneira, espera-se que o historiador público, diferente do historiador estritamente acadêmico, perceba que o trabalho histórico não é uma ação solitária de constituição de significados aos documentos, mas que deve ser uma ação em que ocorra a compreensão das necessidades, dos desejos, dos símbolos, dos imaginários e dos movimentos realizados pelas comunidades nas quais esta inserido, contribuindo na organização, preservação e divulgação dos interesses públicos.

A história pública se constitui como um novo caminho de conhecimento e prática histórica. O modo de ser feita, não apenas direcionada para a preservação da cultura material, mas para a agregação e a reflexão da comunidade acerca da sua própria história e a relação existente entre o passado e o presente nestes espaços institucionais tornam o passado extremamente útil para o presente. Assim, este trabalho objetiva compreender que o trabalho acadêmico externo às universidades pode se expandir, se popularizar, através de arquivos, de museus, das fotografias, do cinema, da história oral, sem no entanto perder a seriedade e o compromisso ético e científico com a produção do conhecimento.

1. A relação entre o Arquivo Público do Distrito Federal e a história pública

3

O Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF, é um órgão vinculado à Casa Civil do DF, e responsável por planejar e coordenar o recolhimento de documentos produzidos e acumulados pelo Governo do Distrito Federal, assim como de documentos privados de interesse público. A instituição tem como missão tratar, preservar, pesquisar e divulgar esses documentos com o objetivo de colocá-los à disposição da sociedade. O acervo documental é composto por material textual, plantas arquitetônicas, fotografias, filmes, folhetos, cartazes, periódicos e material bibliográfico; documentos estes constituídos no desempenho de suas funções e por fundos e coleções pertencentes a outras instituições públicas e privadas do Distrito Federal.

Dessa forma, o ArPDF consiste na documentação pública mais significativa acerca da história da construção de Brasília e do Distrito Federal, sendo necessário ressaltar que um de seus fundos documentais, o Fundo NOVACAP, foi reconhecido por seu valor histórico no Programa Memória do Mundo da Unesco¹, no ano de 2007.

Visualizando novas possibilidades de produção técnico-científica, as inúmeras ações e projetos realizados pelo ArPDF têm se instaurado de maneira articulada, integralizando-se através de linhas de pesquisas que abordam desde o período de ocupação do território, passando pela construção da nova capital e considerando os desdobramentos históricos provenientes do aparecimento de novas comunidades locais, denominadas atualmente de Regiões Administrativas do Distrito Federal.

Assim, a unidade pertencente ao ArPDF que merece destaque por ser a responsável pelo estabelecimento dos procedimentos para realização das pesquisas é denominada de Coordenação de Pesquisa – CoPES. Esta unidade é responsável por pesquisas e levantar dados sobre a história do Distrito Federal e das Regiões Administrativas do Distrito Federal, a fim de subsidiar o trabalho das demais coordenações. Além disso, a coordenação objetiva contribuir com as ações estratégicas que contemplem temas relacionados a *Memória e Cidadania no Distrito Federal*.

¹ O Programa Memória do Mundo da Unesco tem por objetivo identificar documentos ou conjuntos documentais considerados em situação de risco que tenham valor de patrimônio documental da humanidade. Estes são inseridos no Registro Internacional de Patrimônio Documental, a partir da aprovação por comitê internacional de especialistas, da candidatura encaminhada pela instituição detentora do acervo.

4

Assim, a temática da memória representa um importante objeto de análise e reflexão acadêmica e, além disso, uma das principais preocupações culturais e políticas das sociedades contemporâneas. Acredita-se que a memória pode corroborar com o exercício da cidadania ao fazer com que os sujeitos se sintam agentes históricos, encorajando identidades de pertencimento e valores sociais relacionados aos grupos e espaços de convivência. A partir de atos de rememoração, tais identidades se traduzem em representações cuja expressão ganha forma por meio da valorização do patrimônio, seja ele material (monumentos, edificações, documentos, fotografias, textos escritos etc.) ou imaterial (valores e significados, costumes, tradições, manifestos por narrativas orais).

Com isso surge a imagem do narrador que se constrói ao longo da história como um personagem presente em todos os grupos humanos, pois o homem sente a necessidade de repassar aos seus os eventos ocorridos, e sempre um se destaca por ter a maestria de fazer essa passagem/transmissão de memórias. A respeito dessa idéia Walter Benjamin afirma que:

a figura do narrador só se torna plenamente tangível se temos presentes esses dois grupos. “Quem viaja tem muito o que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através dos seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e outro pelo marinheiro comerciante. (BENJAMIN, 1936:198 – 199)

Assim, o dever de memória não deve, sobretudo, conduzir a sacralizações. O historiador Jacques Le Goff adverte que “a memória não busca salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”. Nesse sentido, deve ser compreendida a sua dinamicidade e a atribuição de desvelar o diálogo entre as temporalidades, conforme as preocupações daquele que olha e rememora com suas preocupações do presente. Comparar documentos escritos e imagéticos, relatos orais, registros audiovisuais, dentre outras fontes, permite revelar esquecimentos e omissões e transformar o que até então se apresentava como cristalizado e inquestionável. Consideramos que reside nesse ponto a

5

importância do trabalho de pesquisa e disponibilização de acervos documentais do ArPDF para a construção da cidadania no Distrito Federal.

Nesse sentido, deve-se ressaltar que as Regiões Administrativas que compõem o Distrito Federal respondem por realidades histórico-sociais muito diversas. A história administrativa do Distrito Federal enfatizou predominantemente uma narrativa centrada em Brasília (considerando-a como o Plano Piloto), pautando-se no projeto modernista empreendido a partir do governo de Juscelino Kubitschek. Tal narrativa enfatiza a construção da capital e busca a identificação de marcos fundantes e valorização dos personagens a eles associados. A concepção de história que norteia essa perspectiva guarda sua relevância para a produção de uma história institucional, entretanto, compreendemos que o momento histórico que hoje vivenciamos – demarcado pela passagem de mais de meio século da capital - exige que novas perspectivas se apresentem. A expectativa do ArPDF e dos historiadores públicos é de que se possa fortalecer a produção dessa história institucional, ampliando a compreensão da mesma ao apontar novas possibilidades de produção técnico-científica.

Conseqüentemente, os historiadores tem se preocupado em articular ações diversas com interligações às políticas de valorização da memória e da história do Distrito Federal, para que sejam constituídos projetos em que a história social e a ação de agentes históricos possam ser registrados, preservados e divulgados para o público da região; um exemplar projeto onde ocorre a ação social em conjunto com o registro e preservação de documentos históricos é o Programa de História Oral do ArPDF.

Dessa maneira, o Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal caracteriza-se por prever a constituição de um acervo de depoimentos com a finalidade de proporcionar maior acesso ao público pesquisador que frequenta o ArPDF, ressaltando a necessidade de resguardar os direitos do entrevistado. O Programa de História Oral, junto ao trabalho desenvolvido pelos historiadores, objetiva a produção de documentos sonoros a partir da utilização da técnica e dos recursos apropriados, transcrição, edição, publicação e, principalmente, proporcionar o acesso público aos documentos. No entanto, observa-se, como na maioria das instituições públicas, a

6

necessidade da constituição de novos instrumentos de divulgação para efetivar a utilização do material documental.

O historiador vivencia a consolidação do Programa de História Oral por meio da utilização incessante de procedimentos da história oral em consonância com as atividades básicas do ArPDF, isto é: mapear, recolher, organizar, preservar e divulgar para o público pesquisador e para o Governo do Distrito Federal e, além disso, coletar depoimentos de agentes históricos envolvidos com a história do Distrito Federal.

Assim, o processo de pesquisa e de realização da história oral no âmbito do ArPDF se caracteriza de maneira singular, pois não se constitui como uma ação específica em explorar a relação entre opressor e oprimido como centro da discussão, mas constrói outro viés: o trabalho e a hierarquia no âmbito social e nas relações humanas. O foco temático não está direcionado para a relação social entre patrão e operário, mas à visão que cada um tem de um tema externo, a saber, a construção de Brasília, o processo de constituição das regiões administrativas etc.

2. Chás da Memória

Realizou-se um recorte na produção histórica realizadas no Programa de História Oral, para que seus diversos objetivos e também outras pesquisas de diferentes tipologias fossem concretizadas nos diversos âmbitos objetivados; assim, surge o projeto intitulado de *Chás da Memória*, instrumento de que possibilita a concretização de uma história perpassada pela ação social através de documentos visuais, ou seja, a fotografia. Em um primeiro momento, promover o reconhecimento do grande número de fotos sem identificação foi sem dúvidas um dos maior desafios a ser vencido, porém com o diálogo realizado junto ao Programa de História Oral, outras metodologias de pesquisas foram adicionadas à realização da pesquisa histórica.

O projeto *Chás da Memória* objetiva, entre duas diversas frentes, a identificação dos documentos fotográficos, proporcionando ainda o reencontro de pessoas que estiveram juntas durante o período da construção de Brasília e após a sua inauguração.

7

Para que os objetivos do projeto *Chá da Memória* fossem atingidos o ArPDF promoveu, em sua sede, uma reunião com pioneiros que exerceram atividades governamentais e outras pessoas que protagonizaram ou testemunharam acontecimentos e eventos. Através dessa ação, pretendeu-se, basicamente, a identificação de fotos que não puderam ser reconhecidas por meio de outros processos, como, por exemplo, a pesquisa de fonte bibliográfica.

Por suas principais características, este projeto se ajusta as diversas frentes de pesquisas desenvolvidas pelo ArPDF, enquadrando-se na política de planejamento adotada para todas as atividades realizadas no ArPDF. Este fato reafirma a importância da identificação das fotografias pertencentes, principalmente, ao fundo Novacap e ao fundo SCS; importância essa incontestável, pois tratam-se de imagens que vão desde o período da construção de Brasília até os dias atuais, a saber: vistas da cidade, obras, personalidades nacionais e internacionais, eventos, etc.

Assim, ressalta-se a conceitual importância dada à fotografia como elemento documental por Lúcia Lahmeyer Lobo, que afirma que “a fotografia, por sua própria natureza e especificidade, representa um tipo de documento de valor permanente, cabendo à coletividade sua preservação para o futuro.” Com isso, pode-se compreender que por meio das fotografias é possível resgatar a memória de Brasília, das regiões administrativas e de outras regiões que constituem o Distrito Federal.

Este projeto se firma e se justifica como produção técnico-científica para os historiadores públicos pois consegue dialogar com a necessidade de garantir o maior número possível de informações ao público pesquisador que recorre a documentação fotográfica, atraídos pela originalidade da fonte e pela natureza das informações contidas nestes registros.

Dessa maneira, o projeto *Chás da Memória* vem sendo realizado em novo formato desde junho de 2011, com o propósito de estabelecer um primeiro contato formal com as comunidades a fim de realizar a identificação pormenorizada de fotografias do acervo dos Fundos Novacap e Secretaria de Comunicação Social, bem como, identificar demandas e verificar a existência de acervos pessoais de interesse público. Os encontros foram realizados nas Regiões Administrativas do DF com a

8

finalidade de divulgar o acervo do ArPDF e estabelecer parcerias com as administrações regionais. Após contato preliminar com moradores, foram definidos os locais e datas em que as atividades seriam realizadas, ficando a cargo das Administrações Regionais a divulgação na comunidade e a preparação logística para utilização dos espaços.

Em seguida, procedeu-se à seleção e à impressão das fotografias de nosso acervo, em alta qualidade e tamanho adequado para identificação (fotografias em tamanho A3), apresentando-as aos moradores por meio de estações de trabalho ou exposição em varais, de forma que as fotografias estivessem ordenadas por agrupamento temporal ou temático. No decorrer de 2011 foram realizados *Chás da Memória* em seis RA's: Sobradinho, Brazlândia, Vila Planalto, Vila Telebrasília, Candangolândia e Núcleo Bandeirante.

Como resultados gerais, pode-se citar: identificação de fotografias, verificação da existência de fotografias de acervos pessoais, contato estabelecido com lideranças locais e servidores da Administração, gravação de breves entrevistas com pioneiros, fotografias e filmagens dos eventos. E como resultados específicos pode-se citar:

- em Sobradinho, a data da realização do Chá da Memória foi 01/06/2011; ocorreu na sala de reuniões da Administração Regional de Sobradinho; o total de moradores que participou foi 30, sendo 09 pioneiros identificados; a quantidade de fotografias apresentadas foi 89, sendo 42 identificadas; a metodologia de trabalho empregada foi a constituição de quatro estações de trabalho com fotografias agrupadas temporalmente e uma apresentação de áudio da entrevista com Sr. Nelson Ângelo Tiemann, morador pioneiro em Sobradinho;

- em Brazlândia, a data da realização do Chá da Memória foi 30/06/2011; ocorreu no Centro de Convivência do Idoso; o total de moradores participantes foi em torno de 100, sendo 33 pioneiros identificados; a quantidade de fotografias apresentadas foi de 126, sendo 63 identificadas; a metodologia de trabalho empregada foi a constituição de seis estações de trabalho com fotografias agrupadas temporalmente e mesa para a digitalização de documentos e fotos de acervos pessoais pessoais, projeção de filme sobre Brazlândia;

9

- na Vila Planalto, a data da realização do Chá da Memória foi dia 20/09/2011; ocorreu no Centro de Convivência do Idoso; o total de moradores que participaram foi de 60, sendo 19 pioneiros identificados; a quantidade de fotografias apresentadas foi de 65, sendo 44 identificadas; a metodologia de trabalho empregada foi uma projeção multimídia de imagens, com identificação coletiva de lugares, situações e pessoas;

- na Vila Telebrasília, a data da realização do Chá da Memória foi o dia 27/09/2011; ocorreu na Igreja Assembléia de Deus; o total de moradores participantes foi 11; a quantidade de fotografias apresentadas foi 50, sendo 01 identificada; a metodologia de trabalho empregada foi a exposição das fotografias em varais e projeção multimídia das imagens com debate coletivo para identificação;

- na Candangolândia, a data da realização do Chá da Memória foi o dia 05/11/2011; ocorreu na Escola Classe 02 da Candangolândia (Zobotânica); o total de moradores participantes foi 20, sendo 13 pioneiros; a quantidade de fotografias apresentadas foi 246, nenhuma delas identificada; a metodologia de trabalho empregada foi a exposição das fotografias em varais e a constituição de três estações de trabalho para identificação de fotografias – conforme sugestão da Administração Regional da Candangolândia, o evento foi realizado em um sábado a fim de atingir maior número de participantes;

Destacou-se como decorrência dos Chás da Memória um evidente estímulo ao sentimento de pertencimento e à apropriação de elementos que evidenciam a atuação dos moradores como sujeitos da história, apresentando novas demandas ao trabalho do ArPDF. O relato de experiência aqui proposto busca compartilhar os desdobramentos da nova perspectiva assumida por esta instituição, sinalizando a necessidade de trazer novas significações à produção de uma história considerada *oficial* na contemporaneidade.

3. A utilização do conceito de história pública no Arquivo Público do Distrito Federal

As novas produções históricas propostas por historiadores pretende analisar, refletir e construir um novo conceito de história não focalizado ainda nas atividades e estudos da grande maioria das instituições públicas, a saber: a história pública. Esta se caracteriza como uma possibilidade de transformações na produção técnico-científica, pois não será apenas um processo de conservação e de divulgação da história, mas de constituição de um conhecimento multidisciplinar perpassado por preocupações sociais e atento às suas mudanças e dificuldades. Realizada em equipe, tem capacidade de valorizar o passado em um âmbito que ultrapassa as dimensões da academia, ou seja, pode realizar uma democratização da prática histórica sem perder a força analítica e a seriedade da crítica. Assim, segundo Juniele Rabelo de Almeida e Marta Gouveia de Oliveira Rovai (p.7, 2011), “a história pública pode ser definida como um ato de ‘abrir portas de construir muros’, nas palavras de Benjamin Filene.”

Dessa maneira, pode-se compreender que a história pública é um conceito escorregadio, isso porque, na sua constituição, abrigou diversas tendências teóricas técnicas e acadêmicas, entretanto deve-se buscar explorar as possibilidades de produção técnico-científicas (questões epistemológicas e éticas na relação estabelecida com as memórias, identidades e narrativas) oferecidas por este *locus* histórico. Além disso, compreende-se, segundo Liddington (ALMEIDA & ROVAI, 2011:10) que “a história pública, atualmente, está bem organizada dentro das universidades” mas deve-se discutir, “com refinamento habermasiano – os conceitos de ‘público’ e privado”; esta questão insere-se explicitamente nas ações e projetos realizados pelo ArPDF porque analisa e busca um posicionamento acerca do debate teórico sobre a história pública que aborda a sensibilidade de comunicação de maneira apropriada para com o público que busca na história não apenas “respostas” ou questionamentos para pesquisas acadêmicas, mas para minorar saudades, conhecer alguém/algo desconhecido e relembrar momentos.

Com esta percepção, a história pública pretendida para o ArPDF deve, por meio de instrumentos de conservação patrimonial, desenvolver uma ligação entre conservação patrimonial e sustentabilidade, tendo em vista que a conservação e

11

divulgação dos acervos públicos são ações reconhecidas e caracterizadas como essenciais para a sociedade na contemporaneidade.

Por meio da multiplicidade teórica e prática na produção do conhecimento possibilitada pela história pública na conjuntura social vigente ocorre, no âmbito da constituição do conhecimento histórico, uma “articulação de diferentes substâncias expressivas: visuais, verbais, sonoras e textuais, na busca de uma trama historiográfica que se alargue, se multiplique e se identifique com seus sujeitos sociais no passado e no presente.” (MAUAD & DUMAS, 2011: 94) Dessa forma, compreende-se que a história pública no âmbito de prática e de pesquisa do ArPDF deve realizar um profundo diálogo com a história oral, pois “a experiência social dos sujeitos históricos é um pressuposto para qualquer investigação que tenha como ponto de partida o uso de história social.” (MAUAD & DUMAS, 2011: 85) Consequentemente, a documentação narrada ou fotografada no ArPDF é sujeita a um tratamento arquivístico que objetiva a facilitação do acesso para o público pesquisador.

Assim, os historiadores públicos do ArPDF objetivam concretizar em suas atividades um conceito de história pública que incide sobre aquisição, organização e preservação responsável da memória coletiva e do patrimônio cultural e material do Distrito Federal, por meio de pesquisas históricas perpassadas por ações sociais e não apenas detentor de uma preocupação científica direcionada ao público acadêmico, mas também uma preocupação com a facilitação de acesso e conhecimento ao público em geral de Brasília e das regiões administrativas, para que desse modo possa realizar mudanças a partir do conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

12

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.**

Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ALBERTI, VERENA. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de & ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Introdução à história pública.** São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HISTÓRIA ORAL: **Revista da Associação Brasileira de História Oral.** N° 7, jun. 2004. – São Paulo: Associação Brasileira de História Oral v.7.

MAUAD, Ana Maria & DUMAS, Fernando. **Fontes orais e visuais na pesquisa histórica: novos métodos e possibilidades narrativas.** In.: Introdução à história pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.